



## JORNALISMO ALTERNATIVO E JORNALISMO PARA A PAZ: POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A SUPERANÇA DE CONFLITOS

Maximiliano Martin Vicente<sup>1</sup>

Diuan Feltrin dos Santos<sup>2</sup>

Kethleen Guerreiro Rebêlo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta análises de conteúdo referentes ao Jornal Dois (J2), da cidade de Bauru-SP, à luz dos preceitos do Jornalismo para a Paz, com relação às manifestações em prol da educação, ocorridas nos dias 15 de maio e 14 de junho de 2019. O objetivo é compreender qual a concepção de jornalismo defendida pelo J2 no que tange às características e especificidades do Jornalismo para a Paz. Parte-se do pressuposto de que o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo Alternativo, por seguirem na contramão da ótica dominante, contribuem para construções noticiosas que estimulam reflexões críticas e engajamento do público para a garantia de direitos e superação de problemas sociais. Como resultados obtidos, vimos que tais abordagens jornalísticas fazem com que o J2 promova o exercício da competência midiática, na medida em que se torna um canal de crítica e reflexão.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Jornalismo alternativo. Jornalismo para a paz. Competência midiática.*

**ABSTRACT:** This article presents content analysis related to Jornal Dois (J2), from the city of Bauru-SP, based on the precepts of Peace Journalism, regarding the protests carried out in favor of education, which took place on May 15 and June 14, 2019. The objective is to understand the concept of journalism defended by J2 with respect to the characteristics and specificities of Peace Journalism. It is assumed that Peace Journalism and Alternative Journalism, as they go against the grain of dominant view, contribute to news constructions that stimulate critical reflections and public engagement to guarantee rights and overcome social problems. As results obtained, we saw that such journalistic approaches make J2 promote the exercise of media competence, insofar as it becomes a channel for criticism and reflection.

**KEYWORDS:** *Alternative Journalism. Peace Journalism. Media competence.*

<sup>1</sup> Pós-doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Comunicação da FAAC/UNESP Bauru/SP. E-mail: mm.vicente@unesp.br.

<sup>2</sup> Jornalista. Mestrando em Comunicação Midiática no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAAC/UNESP Bauru/SP. E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

<sup>3</sup> Jornalista. Mestranda em Comunicação Midiática no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAAC/UNESP Bauru/SP. E-mail: kethleen.guerreiro@unesp.br.

---

### Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 11 - Volume 02 - Edição 24 - Julho-Dezembro de 2021

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

## INTRODUÇÃO

A busca por uma comunicação que enalteça a capacidade crítica dos cidadãos e cidadãs se configura como um dos grandes desafios da prática jornalística atual. Cada vez mais condicionado a um modelo pautado na agilidade e na instantaneidade, o processo de construção noticiosa tem o *dead line* como um grande limitador, à semelhança de uma indústria de produção em série. Apesar desta realidade que transforma a notícia em um “produto à venda” (MEDINA, 1998), é fato que o fazer jornalístico influencia o debate público, de modo que a agenda da sociedade é pautada pelas informações apresentadas pelos meios de comunicação (WOLF, 1999).

São diversas as fontes pelas quais o público pode consumir informação, e isso aumenta a complexidade da relação entre os veículos (emissores) e os receptores. Ademais, ao contrário do que preconizava a teoria hipodérmica (WOLF, 1999) já não é mais possível pensar o público como uma instância composta por sujeitos passivos perante as informações que recebem, uma vez que são pessoas que transitam por diversas esferas sociais, detentoras de inúmeros repertórios culturais. O público não apenas consome informações, mas as interpretam de acordo com suas bagagens sócio cognitivas. São sujeitos ativos e críticos.

O jornalismo é agente social na medida em que desempenha a função de mediador entre o acontecimento noticiável e o público. Jamais espelha a realidade; mas a representa por meio de instrumentos diversos que compõem a narrativa jornalística. Neste sentido, as construções jornalísticas podem e devem ser instrumentos fomentadores de reflexões críticas, impelidas em transformar situações e estruturas de opressão, sobretudo para colaborar com uma agenda emancipatória capaz de transformar realidades em que as relações de opressão estão normalizadas tanto pelos opressores quanto pelos oprimidos (FREIRE, 1987; MASCHIETTO *et al.*, 2019). Aliado a outras estratégias de transformação, tais como as práticas educativas, por exemplo, o jornalismo constitui-se como uma importante ferramenta capaz de valorizar o protagonismo dos cidadãos e cidadãs.

Em meio a tantas opções de fontes de informação, existe a possibilidade de desenvolver uma prática jornalística que estimule reflexões críticas? Cabe ao jornalismo fomentar debates e promover o engajamento do público para a solução de problemas que afetam a sociedade? Partimos da ideia de que o jornalismo também é ferramenta educacional, pois, na medida em que traz representações acerca da realidade, serve como parâmetro para que o público embase suas próprias convicções (MARCONDES FILHO, 1989; SODRÉ, 2009). Por isso, é possível repensar alguns valores inerentes à práxis jornalística, destacando sua capacidade de estimular a competência midiática do público receptor, isto é, uma postura crítica e engajada diante de estruturas em que se observa cerceamento de direitos.

O conceito de competência midiática é entendido aqui como um processo de problematizações de diferentes pontos de vista referentes aos conteúdos veiculados. Ferrés e Piscitelli (2015, p. 3) apontam que competência é “uma combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas necessárias para um contexto determinado”. Compreende-se, assim, que o conceito competência se expande às diversas ações humanas e, de forma intrínseca, corresponde à capacidade dos indivíduos de formular concepções e pontos de vista sobre diversos contextos. Miranda (2004, p. 116) reforça o aspecto genuinamente humano da competência, equiparando-a ao conceito de conhecimento: “O conhecimento existe somente no ser humano e somente pode ser mobilizado pelas pessoas”.

Para Ferrés e Piscitelli (2015), a competência midiática impulsiona a autonomia dos indivíduos que recebem as informações e, por isso, pode estimular engajamento e compromisso social. A depender dos direcionamentos assumidos, a própria atividade jornalística colabora para que o público enxergue o jornalismo com olhos críticos e, com isso, demande serviços de alta qualidade (WILSON et al., 2013). Desse modo, é possível realizar uma conexão entre o conceito de competência midiática e o compromisso social exercido pelo jornalismo, tendo o vista o estímulo à reflexão somada à ação.

No entanto, diante da lógica mercadológica que rege a produção de notícias nas mídias hegemônicas, como elaborar coberturas que promovam reflexões mais críticas e compromissadas com a ação prática? O Jornalismo Alternativo, como veremos

posteriormente, propõe possibilidades para que novas abordagens jornalísticas sejam assumidas. Os preceitos de Jornalismo para a Paz, concebidos com a finalidade de fornecer novos direcionamentos às coberturas em contextos de conflitos, podem encontrar na mídia contra hegemônica um precioso espaço de atuação para estimular ações capazes de desconstruir contextos demarcados por violências de todos os níveis.

Amparados pelos preceitos do Jornalismo Alternativo (DOWNING, 2002) e do Jornalismo para a Paz (CABRAL; SALHANI, 2017; GALTUNG, 2006), analisaremos duas edições do Jornal Dois (J2)<sup>4</sup>, mídia alternativa localizada na cidade de Bauru, interior de São Paulo. O recorte se ampara na cobertura promovida pelo veículo durante as manifestações estudantis ocorridas em 2019, nos dias 15 de maio e 14 de junho, fundamentadas na luta contra os cortes de verbas destinadas à pesquisa científica no Ensino Superior, anunciados pelo Governo Federal. Embasados na metodologia de análise de conteúdo e a partir de critérios analíticos relacionados às especificidades do Jornalismo para a Paz, buscaremos responder à questão: qual a concepção de jornalismo defendida pelo J2 no que tange às características e especificidades do jornalismo voltado para a paz?

## **JORNALISMO PARA A PAZ, JORNALISMO ALTERNATIVO E COMPETÊNCIA MIDIÁTICA**

Tanto o Jornalismo para a Paz quanto o Jornalismo Alternativo se contrapõem ao sistema hegemônico de produção noticiosa. As perspectivas possuem parâmetros de produção que visam promover reflexões frente a situações opressoras e, por isso, são alinhadas aos interesses da sociedade, pois expõem diversos pontos de vistas políticos e sociais e servem como ponte estratégica para que debates sejam ampliados. Deste modo, contam com potencialidades para estimular uma prática educativa que emana do próprio exercício jornalístico, na medida em que apresentam contextualizações, além de mostrarem todas as vertentes relacionadas aos fatos divulgados.

---

<sup>4</sup> Veículo de comunicação que surgiu em 26 de novembro de 2017, na cidade de Bauru/SP, fruto do trabalho de conclusão de curso de um grupo de ex-alunos da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Faz contraponto às formas de como as desigualdades e opressões são vinculadas pela mídia tradicional, porta voz do poder vigente. Posiciona-se contra as políticas de exclusão do capitalismo.

Ao contrário do que se observa no jornalismo praticado pelas mídias hegemônicas, as abordagens se desvinculam de fatores claramente mercadológicos, como limitação de espaço e tempo, imediatismo e restrição das fontes de informação. Por se apresentarem contra hegemônicas, tanto o Jornalismo Alternativo quanto o Jornalismo para a Paz buscam oferecer novos valores e direcionamentos à práxis jornalística.

Esse redirecionamento nas abordagens aproxima o jornalismo de valores que são imprescindíveis à comunicação midiática, de modo geral. Ao argumentarem sobre o direito de acesso à informação, Wilson *et al.* (2013, p. 16) salientam que as mídias, tais como as bibliotecas, provedores, arquivos e internet

são amplamente reconhecidos como ferramentas essenciais para auxiliar os cidadãos a tomarem decisões bem informadas. São também os meios pelos quais as sociedades aprendem sobre elas mesmas, mantêm discursos públicos e constroem um sentido de comunidade.

Com base neste argumento, acreditamos no potencial do jornalismo enquanto agente promotor da competência midiática. Como agente integrante da sociedade, o jornalismo desempenha o papel de mediador entre o acontecimento e o público, de modo que este processo pode contribuir para fortalecer o sentido de comunidade, como salientado por Wilson *et al.* (2013). O jornalismo é fundamental para o exercício da cidadania, visto que, a depender dos direcionamentos assumidos, a própria atividade jornalística pode colaborar para que o público enxergue o jornalismo com olhos críticos e, assim, demande serviços de alta qualidade (WILSON *et al.*, 2013).

As primeiras reflexões acerca do Jornalismo para a Paz emergem no contexto pós-guerras mundiais, sob o arcabouço teórico dos *Peace Studies* (Estudos para a Paz), que tinham a finalidade de compreender e superar as violências manifestadas na sociedade. O entendimento sobre o Jornalismo para a Paz é motivado pelo anseio por uma nova abordagem jornalística que viesse a se contrapor ao modelo tradicional das coberturas de conflitos, que enalteciam somente os embates propriamente ditos, em detrimento das causas que os motivaram (CABRAL; SALHANI, 2017; LÓPEZ BECERRA, 2011; PUREZA, 2000). O Jornalismo para a Paz surge precisamente para reivindicar novos

esquemas que substituíssem ou promovessem contrapontos aos parâmetros comunicacionais que prevaleciam até então (ARÉVALO SALINAS, 2014).

Mas, de que paz falam os Estudos para a Paz? Para compreender o conceito, o sociólogo norueguês Johan Galtung (1969; 2003), um dos precursores destes estudos, propôs uma ampliação relacionada ao entendimento acerca da violência, dividindo-a em três tipologias: violência direta (VD), violência estrutural (VE) e violência cultural (VC). A VD é a mais visível de todas as categorias; nela, vítimas e agressores são claramente identificados; traduz-se, por exemplo, pelas imagens de horror, costumeiramente presentes em coberturas de guerras. A VE, também chamada de violência sistêmica, se manifesta de forma velada nas estruturas sociais que geram desigualdades e injustiças; a falta de acesso a uma educação superior de qualidade, por exemplo, é um exemplo de violência estrutural, de acordo com as especificações de Galtung (2003). VC, por sua vez, está manifestada nos discursos sociais, produtos culturais e comportamentos apreendidos, que são passados de geração a geração e enxergados com naturalidade; é a forma mais sutil de violência, justamente por estar embasada nos processos de formação sociocultural da sociedade, com seus costumes, ideologias e crenças (CABRAL; SALHANI, 2017). Em suma, a violência direta é um evento, a estrutural é um processo e a cultural, uma invariável/constante (FERREIRA, 2019).

Entender os desdobramentos da violência é pressuposto para se pensar sobre as estratégias para alcançar a paz. Galtung (1969) não compreende a paz como mera ausência de violência direta. Na concepção crítica apresentada pelos Estudos para a Paz, um estado de paz corresponde ao bem-estar geral, sobretudo com garantia de direitos, liberdade, participação, ou seja, a superação da violência estrutural (FERREIRA, 2019).

Galtung (2006) ressalta o caráter multidisciplinar dos estudos para a paz, haja vista que diversas ciências se empenham em articulações voltadas a minimizar o sofrimento humano. A comunicação, sobretudo em sua manifestação no jornalismo, é uma dessas ciências, principalmente pelo fato de ser o canal pelo qual as manifestações de violência e de paz são divulgadas e representadas ao público. O Jornalismo para a Paz se dedica a compreender os conflitos e, principalmente, estimular a superação das realidades violentas.

A perspectiva segue na contramão do chamado Jornalismo de Guerra/Violência, pois em coberturas de situações conflituosas, podem prevalecer elementos capazes de naturalizar práticas de violência e injustiça. No Jornalismo para a Paz, a busca é por uma ressignificação de realidades opressoras que insistem em dizimar sociedades. Embora o objetivo inicial da abordagem tenha sido ressignificar as coberturas acerca das guerras, é possível aplicar seus fundamentos em análises de conflitos sociais diversos, que também geram conflitos, desigualdades e mortes<sup>5</sup>. Para Cabral e Salhani (2017, p. 9), um dos principais objetivos desta abordagem jornalística é

[...] contrapor-se ao jornalismo de guerra, dominante, focado na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”). Este processo, voltado para a guerra, não se concretiza por acaso, já que reportar é uma questão de escolha. Deste modo, é possível que editores e repórteres, visando ao desenvolvimento do jornalismo para a paz, façam as escolhas do quê e como reportar, de modo a criar oportunidades à sociedade de considerar e valorar a não-violência como resposta aos conflitos.

É possível verificar o caráter pedagógico e transformador do Jornalismo para a Paz no esquema apresentado por McGoldrick e Lynch (2000, p. 29) que, com base nos preceitos de Johan Galtung, ressaltam as diferenças nas concepções que diferem esta prática da desempenhada pelo Jornalismo de Violência. Estas modalidades, inclusive, são parâmetros para pesquisas científicas e valem como categorias para análise de conteúdo, por exemplo (CABRAL; SALHANI, 2017). O quadro a seguir tem a finalidade didática de apontar as principais distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Guerra/Violência.

---

<sup>5</sup> Coberturas relacionadas a todos os níveis de violência podem ser realizadas à luz do Jornalismo para a Paz, justamente porque o objetivo da abordagem é estimular a superação do conflito. À medida que identifica a violência, o jornalismo denuncia suas causas e, assim, pode fomentar o engajamento público para a desconstrução de estruturas opressoras.

**Quadro 1 – Distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Guerra/Violência**

Jornalismo para a Paz	Jornalismo de Guerra/Violência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Orientado para a paz:</b> explora a formação dos conflitos. Transparência: concede voz a todas as partes; empatia, compreensão. Enxerga o conflito/guerra como problema; foco na prevenção do conflito; foco nos efeitos invisíveis da violência (trauma e glória, dano à estrutura/cultura).</li> <li>• <b>Orientado para a verdade:</b> expõe verdades e inverdades de todos os lados.</li> <li>• <b>Orientado para as pessoas:</b> concede voz aos “sem voz”.</li> <li>• <b>Orientado para a solução dos conflitos:</b> Destaque iniciativas de paz. Concentra-se na estrutura, cultura, a sociedade pacífica. Consequências: resolução, reconstrução, reconciliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Orientado para a guerra/violência:</b> concentra-se na arena do conflito (nós x eles). Foca apenas no efeito visível da violência (número de mortos, feridos e danos materiais).</li> <li>• <b>Orientado para a propaganda:</b> expõe inverdades, com foco em “encobrimentos” e mentiras.</li> <li>• <b>Orientado para as elites:</b> expõe somente um lado da história. Foco nas elites.</li> <li>• <b>Orientado para a vitória:</b> há sempre um perdedor e um vencedor. Abre brechas para outras guerras.</li> </ul>

Fonte: Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000) com tradução e adaptação dos autores.

Vale ressaltar que as pesquisas sobre o Jornalismo para a Paz ainda são incipientes no Brasil. A prática também não é assumida claramente por instituições jornalísticas, no entanto, algumas características podem ser observadas em coberturas realizadas por veículos que seguem na contramão da ótica dominante e que, por possuírem mais liberdade editorial, prezam por abordagens mais densas, geradoras de reflexões.

Como base no exposto, entendemos que a mídia alternativa pode ser estudada sob os vieses do Jornalismo para a Paz. Portanto, é importante ressaltarmos alguns fundamentos da comunicação alternativa. O jornalismo alternativo brasileiro – também conhecido como imprensa alternativa ou imprensa nanica - teve seu boom nos tempos de chumbo do regime militar. Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram mais de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime (KUCINSKI, 2001). Tais veículos alternativos são caracterizados por Downing (2002) como mídia radical alternativa, pois abordam as diversas manifestações da comunicação de linha contra hegemônica.



Com o término da ditadura militar, tanto a história do Brasil quanto a imprensa sofreram mudanças significativas, o que refletiu diretamente no mercado editorial do referido segmento. Fiorucci (2011) apresenta uma atual caracterização da nova geração dos alternativos.

**Quadro 2 - Características da imprensa alternativa**

<b>Imprensa alternativa (1964-1980)</b>	<b>Nova imprensa alternativa (1988-atual)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menor dependência do mercado.</li> <li>- Atuava sem ter como objetivo o lucro e nem o desenvolvimento empresarial.</li> <li>- Trabalhava sem contar com publicidade privada nem estatal – com raras exceções como o <i>Pasquim</i> e <i>Bondinho</i>, por determinado período.</li> <li>- Tinha um inimigo comum: a ditadura.</li> <li>- Criticava o governo, o capitalismo imperialista, a intervenção dos EUA na América Latina, e a grande imprensa (censurada).</li> <li>- Os jornalistas arriscavam a própria vida por uma causa.</li> <li>- Os periódicos eram censurados e perseguidos. As bancas que os vendiam sofreram atentados a bombas.</li> <li>- Muitos jornais eram de partidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior dependência do mercado.</li> <li>- Atua visando o lucro (mesmo que este não seja seu foco principal) e precisa do desenvolvimento empresarial para se manter.</li> <li>- Depende principalmente da publicidade estatal, já que empresas anunciam pouco, haja vista o conteúdo dos periódicos.</li> <li>- Não tem um inimigo específico.</li> <li>- Critica a direita no geral, o neoliberalismo, a globalização, as injustiças sociais e a grande imprensa (livre).</li> <li>- Os jornalistas trabalham livremente.</li> <li>- Os periódicos não sofrem pressão, nem censura. Atuam num cenário democrático e com liberdade de expressão.</li> <li>- Não-partidarizada.</li> </ul>

Fonte: Rodolfo Fiorucci (2011) - A nova geração do jornalismo crítico: Mídia alternativa

No decorrer dos anos, a prática jornalística desenvolvida pela comunicação alternativa enfrentou diversas mudanças e adaptações. Entretanto, sua essência permaneceu, os meios alternativos dos dias atuais, por exemplo, continuam incentivando a veiculação de textos críticos e analíticos, socialmente comprometidos; dando vez e voz aos marginalizados, aos movimentos populares e aos problemas sociais. Permanecem fazendo contraponto ao sistema vigente e ao capitalismo, acompanhados de duras críticas a globalização econômica e ao neoliberalismo - sistemas que ainda não vigoravam nos anos de 1960 e 1970. A mesma essência é compartilhada pelo Jornalismo para a Paz, sobretudo com relação à diversidade de vozes.

Essa nova mídia configura não apenas uma nova visão à noção de alternativo, mas também representa uma força relativamente jovem e específica no mercado editorial brasileiro (FIORUCCI, 2011). Por este motivo, o trabalho que aqui se segue pretende abordar essa dinâmica comunicacional, denominada de jornalismo alternativo, à luz da contemporaneidade e pretende apresentar como tal possibilidade midiática sobrevive ao longo dos anos e como está sendo desenvolvida atualmente.

Pesquisadores da comunicação alternativa afirmam que a referida perspectiva jornalística pode ser definida por meio de sua ideologia, uma vez que, de acordo com suas origens históricas, alinha-se a ideários de esquerda. Moraes (2009) diz que a comunicação alternativa “manifestação contra hegemônica, numa direção anticapitalista e antineoliberal”. Entretanto, para Gomes (2014, p. 11), os meios de comunicação da imprensa alternativa possuem “discursos e imaginários outros, às margens e quase sempre também contrariamente aos poderosos interesses políticos e ideológicos da indústria cultural”. No entanto, acredita-se que definir alternativo pela ideologia pode ser enganoso, principalmente quando levamos em consideração que o Brasil, em seu histórico político, teve presidentes (2011-2016) que faziam parte do Partido dos Trabalhadores, partido esse alinhado à esquerda (SILVA *et al.*, 2013). Vale lembrar que, nessa época houveram incentivos a sites e blogs para que fizessem contraponto a imprensa e ao poder vigente, o que coincide com o papel da mídia alternativa.

Com base nas características apresentadas, acreditamos que o Jornalismo Alternativo dispõe de um vasto campo de possibilidades no que tange a abordagens de

pautas direcionadas a superação das diversas formas de violência que permeiam a sociedade e que este, ao longo dos anos, sofreu inúmeras adequações históricas. Por este motivo, o contextualizamos com os preceitos do Jornalismo para a Paz, pelo fato de estimular o engajamento e o posicionamento crítico do público, a articulação jornalística desempenhada pela mídia alternativa pode contribuir para a desconstrução de estruturas opressoras. Isto vai ao encontro de um dos principais fundamentos do Jornalismo para a Paz, que é a superação da violência, seja ela direta, estrutural ou cultural (GALTUNG, 1969).

As perspectivas jornalísticas apresentadas correspondem aos princípios do compromisso social exercido pelo jornalismo. Como salienta Ijuim (2009), os interesses da sociedade prevalecem sobre as lógicas individualistas, representadas pelos grupos de poder. Neste sentido, a mídia, compromissada com a sociedade, deve fazer valer o seu caráter de mediadora entre o acontecimento e o público, privilegiando o debate e as ideias pluralistas e democráticas (IJUIM, 2009). Durante coberturas em situações de conflito, portanto, há de se considerar os entremeios do acontecimento. Isso demanda contextualização, pluralidade de pontos de vista e clareza diante das possibilidades de ação, de modo que o público receptor se reconheça como parte do processo.

## **CONCEITUAÇÕES SOBRE O MÉTODO: ANÁLISE DE CONTEÚDO**

A análise de conteúdo é uma metodologia crítica que se propõe como forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas. A técnica foi inicialmente aplicada nos Estados Unidos como instrumento para análise das comunicações. A metodologia surgiu de acordo com as necessidades dos campos da sociologia e da psicologia. A sistematização das regras e o interesse pela simbólica política foi o que marcou o referido acontecimento, ocorrido entre 1940 e 1950, nos EUA. O alargamento das aplicações da técnica em diferentes contextos, juntamente com o surgimento de novas problemáticas no campo metodológico (entre 1950 e 1960) também tiveram influência. Os fenômenos citados anteriormente acabaram por influenciar e afetar diretamente as investigações e as análises dos conteúdos desde 1960 até a atualidade (BARDIN, 1977).

Bardin (1977) define análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análises que utiliza procedimentos sistemáticos para descrever objetivamente o conteúdo de mensagens veiculadas na mídia. O conteúdo coletado para análise, resultado dessa sistematização, permite a realização de inferências de conhecimentos relativos as formas como tais mensagens foram produzidas ou recebidas (BARDIN, 1977).

O método é dividido em etapas. A primeira é a pré-análise, em que se desenvolve a sistematização das ideias iniciais, feitas com base no referencial teórico escolhido, para estabelecer os indicadores para a interpretação do conteúdo coletado. É nessa fase que realizamos a leitura geral do material que será investigado para organizar e sistematizar as sucessivas operações, que são: 1) leitura flutuante; 2) escolha dos documentos; 3) formulação de hipóteses e objetivos e; 4) Elaboração dos indicadores, para que seja possível interpretar o material analisado. Para escolher os dados investigados, seguimos as seguintes orientações: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Na etapa da exploração do material construímos as operações de codificação a partir dos recortes dos textos feitos em unidades de registros. Para Bardin (1977), a definição de codificação é a transformação, através de recorte, agregação e enumeração, a partir das regras sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. As informações são agregadas seguindo contagem e classificação de categorias que podem ser simbólicas ou temáticas. As categorias iniciais são agrupadas por temas, originando, posteriormente as categorias secundárias, que aglutinadas em função da ocorrência temática, geram as categorias finais. Após o agrupamento das categorias iniciais, intermediárias e finais, é possível realizar inferência. Fossá e Silva (2013) dizem que nesse processo inferencial procura-se entender o sentido de fala dos entrevistados e busca-se significação ou outra mensagem através ou junto da mensagem primeira.

A terceira fase do método corresponde ao tratamento dos resultados, é nessa etapa que se realiza a inferência ou interpretação do material investigado. Os conteúdos manifestos são captados para realizar análise comparativa a partir da justaposição das categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes ou diferentes.

## O J2 NAS MANIFESTAÇÕES EM PROL DA EDUCAÇÃO

O J2 faz uso de duas plataformas para a transmissão de conteúdos: o site<sup>6</sup> e a página no Facebook<sup>7</sup>. Observamos que o site é focado em explicações mais densas e detalhadas acerca dos conteúdos, com teor predominantemente analítico. Por isso, o intervalo entre as publicações possui um tempo maior. No Facebook, valorizam a instantaneidade, com coberturas em tempo real, prevalecendo divulgação de conteúdos audiovisuais, além de depoimentos dos atores sociais que integram as manifestações. Vale ressaltar que a presença na mídia social reforça a proximidade entre o veículo e o público; por isso, o Facebook se torna um importante canal para a transmissão de informações.

Em referência à manifestação de 15 de maio (#15M), a primeira divulgação do J2 se deu por meio de uma publicação no Facebook na véspera do ato. Com o título “Semana cheia de atividades culturais e políticas na cidade sem limites<sup>8</sup>”, o objetivo é disponibilizar ao público as informações práticas relacionadas à participação no ato. O teor é informativo, mas fica evidente o posicionamento do veículo quando o mesmo esclarece quais são as razões das manifestações: “estudantes, professores e trabalhadores vão às ruas para protestar contra as medidas de corte no orçamento, censura e perseguição as instituições de ensino público”. A publicação não traz problematizações e tampouco contextualiza o #15M; neste primeiro momento, não se aproxima da ótica do Jornalismo para a Paz, que se fundamenta em explorar a formação dos conflitos como forma de buscar mecanismos para sua superação.

Em contrapartida, evidencia que existem traços de violência estrutural na questão: cortes de verbas na educação, censura e perseguição. No nosso entendimento, o fato de revelar o problema, ainda que sem ampliá-lo conceitualmente e estimular adesão aos atos é uma forma de agir como fomentador do engajamento social; na concepção do

---

<sup>6</sup> [www.jornaldois.com.br](http://www.jornaldois.com.br)

<sup>7</sup> [www.facebook.com/jornaldoisbauru](http://www.facebook.com/jornaldoisbauru)

<sup>8</sup> A cidade de Bauru, localizada no centro-oeste do Estado de São Paulo, é popularmente conhecida como “cidade sem limites”.

Jornalismo para a Paz, a própria identificação do conflito serve como pressuposto para fomentar o engajamento em prol de sua superação.

Posteriormente, na data das manifestações, prevalecem coberturas em tempo real, com a utilização de recursos audiovisuais. Com um texto descritivo, utilizado para acompanhar as fotos das manifestações, um ponto chama a atenção: “Famílias moradoras dos assentamentos do MSLT e do MST na cidade e região participam da mobilização que também se colocou em defesa dos assentamentos Nova Canaã (MSLT) e Luiz Beltrame (MST - Gália/SP) que correm risco de despejo”. O veículo apresenta um outro viés da manifestação, que inicialmente se concentraria na defesa dos direitos estudantis. Neste caso, aponta outra realidade de violência estrutural na cidade de Bauru-SP, praticada contra moradores de assentamentos. No entanto, a representatividade não é completa, haja vista que o fato não foi ampliado e tampouco foi concedida voz aos atores envolvidos. Em uma abordagem jornalística focada na cultura de paz, é primordial conceder voz a todos os agentes sociais envolvidos no conflito; neste sentido, difere do Jornalismo de Guerra/violência, cujo foco são as “elites”, isto é, fontes consideradas “oficiais”.

Em contrapartida, no dia seguinte ao #15M o J2 postou um vídeo no Facebook com depoimentos de participantes das manifestações. O veículo utiliza o recurso audiovisual para conceder voz aos atores sociais envolvidos no conflito, inclusive, e principalmente, às chamadas “minorias”, representadas no vídeo pelas falas de estudantes e professores. Acreditamos que depoimentos utilizados como recurso jornalístico promovem empatia e fortalecem a noção de alteridade. Gera identificação do público, que pode ressignificar a noção de que o conflito é algo distante de seu contexto e, assim, se sentir estimulado a buscar esforços capazes de conter os efeitos de uma estrutura causadora de injustiças.

Já a cobertura das manifestações de 14 de junho foi feita desde a véspera do evento, com a veiculação de análise, publicada no site, em que se observa a contextualização da construção da greve geral e abordando a importância dos debates políticos. Com o título “Espaços de discussão e política na cidade sem limites”, a narrativa apresenta teor explicativo, em que é possível perceber a preocupação do veículo em disponibilizar aos leitores mecanismos para que estes tenham várias possibilidades de

interpretações. Carregado de problematizações e cedendo espaço aos atores sociais, que fazem uso do referido canal para que suas vozes sejam ecoadas, o texto apresenta de forma clara as características do Jornalismo para a Paz, que encontra no Jornalismo Alternativo espaço de aplicação, uma vez que tal viés jornalístico se fundamenta em noticiar fatos que muitas vezes não são veiculados pela grande imprensa ou são publicados de acordo com seus interesses; incentiva a veiculação de textos críticos e analíticos, socialmente comprometidos; dão vez e voz aos marginalizados, aos movimentos populares e aos problemas sociais. A intenção é evidente no texto, que reforça a importância do debate diante de uma série de problemas:

Às vésperas da primeira greve geral do mandato de Jair Bolsonaro a cidade fecha um ciclo de debates que trouxeram a tona problemas trabalhistas, raciais e de gênero dentro das diversas esferas da vida pública bauruense. Fosse nos sindicatos, no chão da Praça Rui Barbosa, em quiosques da USP, auditórios da UNESP ou no calçadão da Batista de Carvalho bauruenses se reuniram para construir espaços de discussão e informação criando o esboço naquele velho trabalho de base, formiguinha a formiguinha a manifestação desta próxima sexta-feira (SARTORI, 2019, s/p).

No dia 14 de junho a cobertura fora realizada em tempo real, com a utilização de recursos audiovisuais, por meio da página do J2 no Facebook. No mesmo dia, o veículo também publicou em sua página um texto objetivo, com informações básicas como a finalidade do ato, local, horário, duração e o quantitativo de escolas que aderiram à greve. Acreditamos que, como no dia anterior ao evento o J2 publicou uma análise contextualizada do ato, no dia 14 prezaram por mostrar a dinâmica da manifestação ao vivo, sem ampliar as informações na narrativa do texto escrito.

Após o ato, no dia 15 de junho, o veículo optou por postar um vídeo no Facebook com os depoimentos dos participantes das manifestações. Observamos que o J2 costuma utilizar recursos audiovisuais para dar voz aos atores sociais envolvidos no conflito; ao conceder espaço de fala, promove empatia, reconhecimento e adesão às causas divulgadas. Diferente do enquadramento jornalístico focado na guerra/violência, a abordagem para a paz privilegia a multiplicidade de vozes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises de conteúdo do J2 referentes às publicações de um contexto de conflito social, observamos a prevalência de uma abordagem majoritariamente voltada à superação do conflito. Esta constatação responde nosso problema inicial, que buscava compreender qual seria a concepção de jornalismo defendida pelo veículo.

Ao se amparar em parâmetros do Jornalismo para a Paz, o J2 desempenha a competência midiática, estimulando a ação-reflexão do público leitor. Não se limita apenas a noticiar, mas deixa claro o posicionamento frente à realidade conflituosa apresentada. Também foi possível perceber que o J2 incita a participação na causa social em questão (movimentos em defesa da educação) e, com isso, tem a intenção de promover a superação do conflito, nesse caso, o desmonte da educação resultante de ações do Governo Federal.

Vimos no Jornalismo Alternativo um precioso espaço para o exercício de uma prática jornalística capaz de fomentar o engajamento social. Amparada na concepção de Jornalismo para a Paz, esta perspectiva encontra na mídia alternativa vastas possibilidades de expressão, pois prioriza análises mais aprofundadas e garante multiplicidade de vozes. Neste sentido, o Jornalismo Alternativo aplicado no veículo analisado se aproxima da ótica do Jornalismo para a Paz na medida em que serve de parâmetro para que o próprio público se una para superar estruturas de violência e opressão.

Aliado a outras ferramentas de emancipação, tais como a educação e o acesso à cultura, o Jornalismo contribui efetivamente para o fomento da autonomia da sociedade. Portanto, concluímos que o estudo apresentado é breve diante da vastidão de possibilidades que emergem do tema proposto. Esperamos, de forma modesta, abrir brechas para que outras pesquisas sejam realizadas, na busca por ampliar temáticas sobre o Jornalismo Alternativo, o Jornalismo para a Paz e suas relações com o estímulo à competência midiática e exercício da cidadania.

Utilizar este espaço para informar agências financiadoras. Para não prejudicar a avaliação cega não informe o número de projeto de pesquisa ou edital de financiamento na submissão do artigo.



## REFERÊNCIAS

- ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **Revista E-compós**, Brasília-DF, v. 20, n. 3, 2017.
- DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.
- FERRÉS, Joan; PISCITELLI, Alejandro. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Revista Lumina UFJF**, Juiz de Fora-MG, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2015.
- FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, vol. 15, núm. 2. Maringá, 2011.
- FOSSÁ, Maria Ivete T.; SILVA, Andressa H. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Brasília-DF, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.
- GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: GernikaGogoratz, 2003.
- GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.
- KUCINKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. Editora Edusp. Revista e ampliada, 2 ed., 2001.
- LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. **Revista Paz y Conflictos**, Granada, n.4, 2011.
- MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1998.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, 2004.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WILSON, C; et al. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1994.